

Sarney: governo decidirá sobre emendas à reforma

Da sucursal de
BRASÍLIA

O senador José Sarney (Arena-MA), relator do projeto de reformas políticas na comissão mista do Congresso, revelou, ontem, que vai-se encontrar com o presidente da República para discutir as alterações sugeridas à matéria "tão logo possa ter uma visão preliminar dos objetivos das emendas e houver sentido as reivindicações que possam surgir no partido". Sarney confirmou que "a decisão sobre as emendas será do governo", contrariando palavras do presidente do Senado, Petrônio Portella, que considerou "negar o Congresso e suas atribuições eminentes" qualquer definição prévia do presidente Geisel quanto aos pontos considerados intocáveis na proposta original.

O relator das reformas recebeu as emendas oferecidas ao projeto original, ontem, à tarde, mantendo demorada conversa com o senador Petrônio Portella a respeito do assunto, para informar em seguida que espera "manter um diálogo franco com a oposição, sendo claro sobre os pontos em que seja possível um consenso a respeito dos principais objetivos do projeto, que é a superação do estado de exceção". Além de anunciar que pretende conversar com o líder emedebista no Senado, Paulo Brossard, sobre o projeto de reformas, Sarney observou que este é o momento de o MDB dar sua contribuição para superar o arbítrio e, se o partido se negar ao diálogo, estará afirmando que seus objetivos sempre foram mais político-eleitorais do que de melhoria institucional.

Enquanto o senador Petrônio Portella procurava retificar o noticiário de que o presidente Geisel tenha recomendado à cúpula arenista, anteontem, a votação das reformas na primeira quinzena de setembro, assegurando que "o cronograma de tramitação da matéria é do Congresso", o senador José Sarney revela que não pretende solicitar prorrogação do prazo para apresentação de seu parecer sobre as emendas, de forma que o projeto seja apre-

ciado na comissão nos primeiros dias de setembro.

José Sarney evitou ontem comentar as emendas apresentadas pela oposição ao projeto original, reafirmando a necessidade das salvaguardas para a defesa do Estado. Ele criticou apenas as proposições que convocam uma assembleia nacional constituinte, observando que com tal medida "a oposição quer reexaminar toda a estrutura do poder político no Brasil", para o que não tem apoio suficiente.

Ao defender as salvaguardas incluídas na Constituição pelo projeto de reformas, o relator do projeto observou que não procedem as críticas ao estado de emergência e principalmente às medidas de emergência. Estas, segundo entende, são medidas policiais que em outros países do mundo são de competência de comissários de polícia, juízes e outras autoridades menores, mas que o Brasil resolveu incluir na Constituição Federal para evitar os excessos em sua utilização. Para o senador, na forma proposta nas reformas, as medidas de emergência são responsabilidade do presidente da República, que por elas terá que responder diante do Congresso Nacional: "Os que criticam as medidas de emergência estão invertendo tudo, pois muito pior seria a votação de uma lei anti-terror que desse tais poderes a qualquer autoridade policial, como ocorre em países desenvolvidos".

O senador defendeu, também, os prazos fixados na proposta do governo para a vigência do estado de sítio e o estado de emergência, observando que isso não quer dizer que o presidente da República venha a se utilizar sempre do prazo máximo para resolver os problemas que justifiquem sua decretação.

Enquanto o senador José Sarney iniciava ontem o estudo das emendas para apresentar seu parecer ao projeto de reformas políticas do governo, visando acelerar sua tramitação, o deputado Inocêncio de Oliveira (Arena-PE), que vai relatar a proposta de emenda constitucional do senador Montoro que prega o restabelecimento das

eleições diretas a governador e a senador, ainda não retornou a Brasília.

Das três propostas de alterações ao projeto do governo apresentadas pelo MDB, a que revoga as emendas constitucionais n.ºs 1, 7 e 8, restabelecendo a Constituição Federal de 1967, é a mais criticada pelos arenistas e considerada "irrealista". Apontada pelo senador José Sarney como "uma reafirmação dos princípios do programa emedebista", a proposta convoca eleições gerais no Brasil em 17 de dezembro, para preenchimento de cargos de presidente e vice-presidente da República, governadores, deputados e senadores. Transforma o Congresso Nacional em Assembleia Constituinte a partir de fevereiro do próximo ano, concede anistia a todos os presos políticos, dá o direito de voto aos analfabetos e determina exigências mais brandas que o governo para a criação de novos partidos políticos, alterando dispositivos relativos à aposentadoria, inviolabilidade dos mandatos parlamentares, tramitação de propostas legislativas e outras alterações em oito artigos da Constituição de 1967 que recoloca em vigor.

As outras duas propostas do MDB alteram cerca de 30 artigos do texto constitucional em vigor atualmente, revogando a Lei Falcão, concedendo anistia, convocando Constituinte, alterando as salvaguardas, o fundo de participação dos municípios, dispositivos relativos à aposentadoria, salário mínimo, liberdade sindical e direito de greve em dispositivos isolados que pregam, em última análise, os mesmos objetivos fixados na proposta que restabelece a Constituição de 1967. Além de obrigar destinação de recursos para a região Nordeste, mudar o fundo partidário e instituir representação para o DF, as emendas apresentadas pela oposição incluem ainda dispositivo que autoriza a União a legislar sobre desenvolvimento urbano, proposta apresentada no semestre passado pelo deputado arenista Nelson Marchezan, secretário geral do partido, e rejeitada pelos emedebistas.